



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

Nº 2638

Processo CETESB

Nº 139/2011

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, a Lei Estadual 13542, de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental Prévia**, com base no Parecer Técnico nº 228/18/IE, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: Marpi Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ: 51.866.515/0001-00

LOGRADOURO: Rodovia SP-340 – Campinas-Mogi Mirim, km 125

BAIRRO: Tanquinho Velho

MUNICÍPIO: Jaguariúna

CEP: 13820-000

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: LOTEAMENTO RESIDENCIAL HARAS PATENTE – FASE 2

LOGRADOURO: Estrada Municipal JGR 254, acesso km 125 da SP-340

MUNICÍPIO: Jaguariúna

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Parcelamento do solo para uso residencial em área de 104,62 ha, onde estão previstos por 621 lotes residenciais e 3 lotes para portaria, que ocuparão 42,54% da gleba, além do sistema viário 24,89%, área institucional 6,99%, área verde 20,20% e sistema de lazer 5,38%, conforme quadro de áreas e projeto urbanístico contidos no Parecer Técnico nº 228/18/IE.

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental Prévia aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação.
- Previamente à implantação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Instalação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Instalação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental Prévia não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra a presente Licença 1 (um) anexo.
- O prazo de validade desta Licença Ambiental Prévia é de 5 (CINCO) anos, a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data: 30/06/18

ANA CRISTINA PASINI DA COSTA - Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls 1/4

Processo CETESB

Nº 139/2011

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2638

Para continuidade do licenciamento ambiental do empreendimento junto ao GRAPROHAB, o interessado deverá demonstrar o cumprimento das seguintes exigências, cujas diretrizes para atendimento estão descritas no Parecer Técnico nº 228/18/IE:

1. Por ocasião da solicitação da Licença de Instalação:

- 1.1** *Apresentar o detalhamento do Plano de Controle Ambiental das Obras - PCAO, contemplando: as ações para a supervisão e gestão ambiental das obras, e as medidas e procedimentos para o controle de tráfego, gerenciamento dos resíduos sólidos e efluentes, controle de poluição do canteiro e frentes de obras, de mitigação dos incômodos à população, de treinamento ambiental dos trabalhadores e de recuperação de áreas degradadas; cronograma de atividades; e equipe técnica responsável, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.*
- 1.2** *Apresentar o detalhamento do Programa de Controle de Erosão e Assoreamento, no âmbito do PCAO, contemplando ações de prevenção, controle e monitoramento, croqui e a descrição do sistema de drenagem provisório a ser implantado.*
- 1.3** *Apresentar projeto do sistema de drenagem de águas pluviais, aprovado pela Prefeitura Municipal de Jaguariúna, contemplando os pontos de lançamento propostos no córrego onde existe o barramento e no lago artificial, a descarga das vazões de cheia e sua capacidade de escoamento no dispositivo. Indicar ART do responsável pelo projeto.*
- 1.4** *Apresentar manifestação da TRANSPETRO para intervenções na faixa de dutos e comprovar atendimento às recomendações elencadas no PT nº 155/16/IPRR, emitido pelo Setor de Riscos Tecnológicos – IPRR.*
- 1.5** *Obter junto à Agência Ambiental da CETESB de Paulínia autorizações para supressão de árvores isoladas e intervenções em Áreas de Preservação Permanente para implantação do sistema de drenagem de águas pluviais, assim como, firmar Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA correspondentes em atendimento à Resolução SMA 07/2017.*
- 1.6** *Apresentar detalhamento do Programa de Recuperação e Monitoramento das Áreas Verdes (AV1 a 7) incluindo no mínimo: a manutenção da conectividade entre as Áreas Verdes 4 e 5 com a APP lindeira do Córrego sem denominação; cronograma de atividades, acompanhamento técnico das atividades, ART de responsável técnico e delimitação das áreas a serem revegetadas, georreferenciadas em atendimento à SMA nº 32/2014.*
- 1.7** *Apresentar o andamento da averbação da Reserva Legal da matrícula nº 1.589, com área de 1.307.115,36 m², conduzido pela Agência Ambiental de Paulínia, no âmbito do Processo SMA nº 16572/2008.*
- 1.8** *Apresentar detalhamento do Programa de Salvaguarda e Monitoramento da Fauna indicando os pontos onde serão restabelecidas as conectividades entre as áreas preservadas, com localização georreferenciada em mapa de imagem satélite; os pontos de monitoramento georreferenciados; campanhas de monitoramento com especial atenção para as espécies ameaçadas; campanhas com o mínimo de 5 dias no local, nos períodos do dia/noite de melhor observação dos animais*

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls 2/4

Processo CETESB
Nº 139/2011

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2638

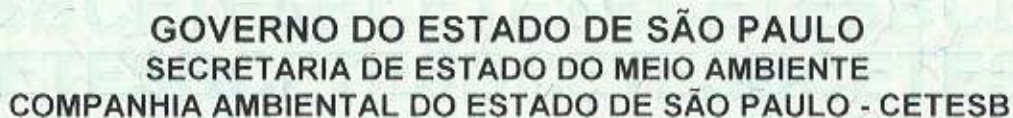
considerando a sazonalidade comportamental da fauna; cronograma de atividades considerando campanhas nas fases: anterior, durante e posterior às obras do empreendimento com conclusão após 3 anos de operação do empreendimento; ART de responsável técnico.

- 1.9** Apresentar Outorga de Direito de Uso emitida pelo DAEE para captação subterrânea e para o lançamento superficial no rio Jaguari.
- 1.10** Apresentar o projeto da ETE e estudo de autodepuração do corpo receptor em atendimento ao PT nº 286/15/IPSE.
- 1.11** Apresentar manifestação do GT-Empreendimentos dos Comitês PCJ em atendimento às condicionantes para a fase de instalação, referentes ao sistema de drenagem de águas pluviais, à captação de água subterrânea, ao tratamento de efluentes e seu lançamento no corpo receptor, descritas nos Pareceres Técnicos GT-Empreendimentos nº 06/2015 e 11/2016.
- 1.12** Apresentar Programa de Priorização de Contratação de Mão de Obra Local, para as fases de implantação e operação do empreendimento e gestão junto a Prefeitura quanto à disponibilização de transporte coletivo e apoio à educação pública na região do empreendimento.
- 1.13** Apresentar atividades previstas e cronograma de execução das obras de melhorias na Estrada Municipal JGR-254 – Estrada Santa Cruz, acordadas com a Prefeitura Municipal de Jaguariúna e empreendimentos do entorno. Avaliar a necessidade de ajustes considerando que o processo de licenciamento ambiental do Loteamento Residencial Kaloré (Processo nº 187/2011) foi arquivado (publicação DOE, 11-11-2016).
- 1.14** Apresentar Programa de Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para a fase de implantação e respectiva manifestação do IPHAN.
- 1.15** Apresentar o comprovante do depósito bancário no valor referente à compensação ambiental, definida na Memória de Cálculo elaborada pela CETESB e aprovada pelo empreendedor, e a assinatura de um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 60.070 de 15/01/2014, conforme indicação da Câmara de Compensação Ambiental – CCA da SMA.

2. Durante a Implantação do empreendimento:

- 2.1** Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Plano de Controle Ambiental das Obras – PCAO e respectivos Programas, comprovando a implementação de todas as medidas previstas, contendo registro fotográfico datado, equipe técnica responsável, eventuais desconformidades e medidas corretivas adotadas.
- 2.2** Apresentar relatórios semestrais do Programa de Controle de Erosão e Assoreamento, no âmbito do PCAO, com relatório fotográfico datado comprovando a implantação dos dispositivos de drenagem provisória e medidas de proteção dos corpos hídricos, antes do início das obras, além de monitoramento e manutenção permanente das estruturas de proteção das APPs.
- 2.3** Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Recuperação e Monitoramento das Áreas Verdes, comprovando a implementação das ações e procedimentos,

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



ANEXO

N° 139/2011

eventuais não conformidades identificadas e respectivas medidas corretivas adotadas, resultados obtidos e análise crítica da efetividade do programa.

2.4 Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Salvaguarda e Monitoramento da Fauna, acompanhados de registros fotográficos, e respectiva análise crítica dos resultados obtidos.

3.1 Apresentar relatório conclusivo do Plano de Controle Ambiental das Obras – PCAO e respectivos Programas, ilustrado com fotos datadas, contemplando o balanço das atividades realizadas e a avaliação da efetividade das medidas adotadas. Em especial, deverá ser comprovada a desativação do canteiro de obras e a completa recuperação das áreas afetadas, além da destinação adequada dos efluentes e resíduos gerados.

3.2 Incluir no relatório final do Programa de Controle de Erosão e Assoreamento, do PCAO, comprovação por meio de relatório descritivo e registros fotográficos, da implantação do sistema de drenagem, das medidas de controle de erosão e assoreamento, das medidas de monitoramento, e avaliação da efetividade das medidas adotadas.

3.3 Apresentar relatório descritivo e fotográfico demonstrando a execução do sistema de drenagem de águas pluviais, conforme projeto aprovado pela Prefeitura Municipal.

3.4 Comprovar, junto a Agência Ambiental da CETESB de Paulínia, a averbação de aproximadamente 20,2 % da gleba como Áreas Verdes e 5,4 % de Área de Lazer permeável, em atendimento à Resolução SMA nº 72/17.

3.5 Demonstrar o atendimento ao Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental firmado junto à Agência Ambiental da CETESB de Paulínia, comprovando a realização das ações previstas no Programa de Recuperação e Monitoramento das Áreas Verdes, incluindo o balanço das atividades desenvolvidas, resultados obtidos e análise crítica dos resultados, acompanhado de ART de responsável técnico.

3.6 Apresentar relatório consolidado das atividades do Programa de Salvaguarda e Monitoramento da Fauna realizadas no período de implantação do empreendimento, acompanhado de relatório fotográfico, resultados obtidos e análise da efetividade das medidas implementadas relativas ao incremento da conectividade entre as áreas verdes das glebas.

3.7 Comprovar a implantação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta de esgotos, e da ETE do loteamento conforme Diretrizes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Jaguariúna e Parecer Técnico nº 286/15/IPSE. Apresentar detalhamento da destinação e disposição dos resíduos provenientes da ETE;

3.8 Apresentar detalhamento do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para a fase de operação, incluindo a coleta seletiva, resíduos sólidos domésticos e resíduos da construção civil, de acordo com as diretrizes estabelecidas na legislação vigente;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls 4/4

Processo CETESB
Nº 139/2011

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2638

- 3.9 Apresentar manifestação do GT-Empreendimentos dos Comitês PCJ em atendimento às condicionantes para a fase de operação, referentes ao sistema de drenagem de águas pluviais, à captação de água subterrânea, ao tratamento de efluentes e seu lançamento no corpo receptor, descritas nos Pareceres Técnicos GT-Empreendimentos nº 06/2015 e 11/2016.
- 3.10 Apresentar relatório conclusivo da execução do Programa de Priorização de Mão de Obra Local e de ações de gestão junto à Prefeitura para a disponibilização de transporte coletivo e apoio ao sistema de educação pública na região do empreendimento.
- 3.11 Comprovar, por meio de relatório descritivo e fotográfico, a execução das obras da duplicação da Estrada Municipal JGR-254 – Estrada Santa Cruz, desde o seu início na Avenida Guido Tozzi, até o acesso na entrada principal do empreendimento, assim como a execução das melhorias no sistema viário do entorno pré-estabelecidas com a Prefeitura Municipal de Jaguariúna.
- 3.12 Apresentar manifestação do IPHAN referente aos resultados do Programa de Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial implementado durante as obras.
- 3.13 Apresentar, após a apuração final do custo do empreendimento, o relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido para sua implantação, visando à realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento, cujo depósito, se houver, deverá ser realizado na mesma conta na qual foi efetuado o depósito originário, sendo tal depósito condicionante para a emissão da Licença de Operação.
4. Durante Licença de Operação:
- 4.1 Apresentar relatórios semestrais do Programa de Recuperação e Monitoramento das Áreas Verdes para atendimento da Resolução SMA nº 32/14, por 3 anos após o término da implantação do empreendimento.
- 4.2 Apresentar relatórios anuais consolidados do Programa de Salvaguarda e Monitoramento da Fauna comprovando a implementação das ações de mitigação previstas, por 3 anos após o início da operação do empreendimento.

XX

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem